



Plataforma IndexDH Brasil:

ferramenta para monitorar
obrigações internacionais de
direitos humanos

www.indexdh.org.br

IndexDH
Brasil 



O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)** é uma organização da sociedade civil brasileira que, há 20 anos, busca fortalecer o espaço cívico no Brasil e na América Latina através da educação em direitos humanos e da articulação com organizações da sociedade civil para incidir nos sistemas internacionais de direitos humanos. Atua com: a) Formação e Pesquisa (cursos, oficinas e materiais), e, b) Articulação e Advocacy (Plataformas de articulação e informação sobre advocacy, como a Rede de Advocacy Internacional (RAI) e sua divisão Jovem (RAIJ).

Joinville - SC - Brasil

+ 55 (47) 3085 – 9710 / +55 (47) 99188-1581

info@iddh.org.br

[@iddhjoinville](https://www.instagram.com/iddhjoinville)

www.iddh.org.br

Conheça nossas plataformas:

 **educardh**
plataforma

PLATAFORMA DE CURSOS SOBRE
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

EducarDH

RAI
Rede de Advocacy
Internacional

REDE DE ADVOCACY
INTERNACIONAL

Redes de Advocacy Internacional (RAI)

Plataforma
RPU BR

PLATAFORMA RPU BRASIL

Plataforma RPU Brasil

**INDEX
DH**

RECOMENDAÇÕES DE DIREITOS
HUMANOS DA ONU AO BRASIL

Plataforma IndexDH Brasil

ISBN N° 978-65-981306-2-6

Ano de publicação: 2024

Autoria: Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)

Coordenadora: Fernanda Lapa Brandão; **Pesquisadora:** Mônica Ottoboni Maciel de Castro

Plataforma IndexDH Brasil [livro eletrônico]: ferramenta para monitorar obrigações internacionais de direitos humanos/ Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH); coordenação Fernanda Brandão Lapa. -- Joinville, SC: Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH, 2024. PDF



Sumário

Introdução: por que construir uma ferramenta digital de indexação de recomendações de direitos humanos da ONU para o Brasil?.....	3
Etapa 1: Mapeamento de ferramentas digitais de direitos humanos e boas práticas.....	5
Etapa 2: Coleta e Categorização de dados sobre as recomendações de direitos humanos da ONU ao Brasil.....	7
Etapa 3: Indexação na plataforma e Atualização dos dados.....	16
Palavras finais.....	18
Anexo 1 - Ferramentas digitais de direitos humanos.....	20

Introdução: por que construir uma ferramenta digital de indexação de recomendações de direitos humanos da ONU para o Brasil?

Em setembro de 2019 o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU) publicou a Resolução 42/30, na qual encoraja os Estados a criarem mecanismos nacionais de relatoria e acompanhamento dos direitos humanos. O documento reforça o incentivo das Nações Unidas, expresso anteriormente pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH), para a criação de mecanismos públicos nacionais com o mandato de coordenar e preparar relatórios, envolver mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos, coordenar e acompanhar o monitoramento nacional da implementação das obrigações de tratados e de recomendações emanadas de outros mecanismos.

O Estado brasileiro, em diversas ocasiões nos últimos 10 anos, manifestou seu compromisso em desenvolver um mecanismo nacional de acompanhamento. Ainda em 2012, o Estado aceitou uma recomendação da Costa Rica no âmbito do segundo ciclo da RPU que versava sobre o assunto; em 2014, a então Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, anunciou a intenção do governo Federal em criar um sistema integrado de monitoramento; e entre 2015 e 2017, o projeto “Observa DH” foi elaborado pelo governo, mas não foi integralmente implementado.



Ao longo desse período, a sociedade civil brasileira, articulada em diversos espaços de diálogo com o Governo Federal, cobrou sistematicamente a criação de um sistema nacional de relatoria e acompanhamento da implementação de recomendações de direitos humanos. Em particular, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH participou de Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Observatório Parlamentar da RPU, entre os anos de 2016, 2017, 2018 e 2021, apontando a ausência, lacunas e falta de transparência do Estado na temática.

Ainda em 2021, não havendo qualquer avanço no projeto nacional para a criação de um sistema que facilitasse o acompanhamento das recomendações internacionais de direitos humanos no Brasil ou mesmo um diálogo mais amplo com a sociedade civil sobre o assunto, o IDDH iniciou um projeto para, pelo menos, ampliar e garantir o acesso à informação dessas recomendações para a sociedade civil brasileira. **Trata-se de uma ferramenta digital de indexação das recomendações internacionais do sistema ONU de direitos humanos ao Brasil, todas traduzidas para o português e sistematizadas em temas de direitos humanos, grupos afetados e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Além de acessar as recomendações de forma prática e acessível, a Plataforma IndexDH Brasil possibilita usuárias/os/es a salvar buscas para retomá-las mais tarde e baixar os resultados de pesquisas para organizá-los como desejarem.

Em 2024, o IDDH completa 20 anos e, durante este período, veio realizando formações com defensoras/es e organizações da sociedade civil sobre a atuação em mecanismos internacionais de direitos humanos. Das capacitações sobre o sistema ONU de direitos humanos, ficou evidente a dificuldade de acesso às recomendações internacionais, seja pela complexidade dos documentos, calendários e funcionamento dos diferentes mecanismos que distancia ativistas dos espaços de atuação internacional, ou também pela barreira linguística dos países não falantes das seis línguas oficiais das Nações Unidas¹.

Ao dialogar e trabalhar sempre em redes com a sociedade civil, o IDDH identificou uma dificuldade generalizada entre as entidades de visualizar potenciais interseccionalidades nas recomendações de diferentes mecanismos internacionais de direitos humanos. Sendo assim, um dos **objetivos da Plataforma Index DH** é facilitar o

¹ As línguas oficiais da ONU são: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo.



acesso direto às recomendações internacionais de direitos humanos recebidas pelo Estado Brasileiro, a fim de ampliar o número de organizações e defensoras/es de direitos humanos que conheçam e sejam capazes de monitorar as ações do governo brasileiro para a implementação dos seus compromissos internacionais. Ou seja, com esta ferramenta, espera-se que cada vez mais defensoras/es de direitos humanos se apropriem dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro para melhor cobrar o cumprimento de recomendações internacionais.

O **principal público-alvo** da Plataforma são defensoras/es com ou sem experiência de atuação internacional em direitos humanos. Outras/os possíveis beneficiários são especialistas na pauta, pesquisadoras/es interessadas/os no tema, diplomatas e representantes de missões, especialistas das Nações Unidas e instituições de direitos humanos atuantes no Brasil, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Nesse sentido, uma grande contribuição da Plataforma consiste na correlação entre as recomendações dos principais mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas possibilitada pelo sistema de busca temática, por principais grupos atingidos ou ODS. Assim, usuárias/os podem acessar recomendações de diferentes mecanismos ao Brasil em seus temas de atuação e utilizá-las como ferramentas estratégicas para pressionar por melhorias no tratamento dos direitos humanos em suas realidades locais.

Este documento visa apresentar as etapas e principais achados do estudo e pesquisa desenvolvidos pelo IDDH que orientaram a criação da Plataforma IndexDH. A estrutura do relatório reflete as **três etapas da pesquisa**: a) **mapeamento de boas práticas** em outras ferramentas digitais de direitos humanos (apresentação do estado da arte); b) **coleta e organização dos dados** das revisões do Brasil na Revisão Periódica Universal, dos Procedimentos Especiais e dos Órgãos de Tratados (criação das categorias temáticas e grupos afetados); e, c) **indexação e atualização dos dados** na Plataforma IndexDH Brasil.

Durante o processo de pesquisa tivemos a colaboração de outros atores, como a participação de um grupo focal composto por atores estratégicos com reconhecida atuação internacional em direitos humanos, enquanto representantes de organizações da sociedade civil e universidades brasileiras. Ao longo da pesquisa, contamos com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES - Brasil) e, para o desenvolvimento do website da IndexDH, com a [LevanteLab](#), coletivo de desenvolvedores, designers e



pesquisadores que cria experiências digitais e promove projetos de relevância e responsabilidade social.

Etapa 1: Mapeamento de ferramentas digitais de direitos humanos e boas práticas

A primeira etapa da pesquisa, que compreendeu os meses de **abril a julho de 2021**, teve como **objetivo** mapear boas práticas de navegação, organização e exposição de dados em ferramentas digitais de indexação e monitoramento de recomendações internacionais de direitos humanos já existentes.

Ao conhecer outras ferramentas com propostas semelhantes à da IndexDH de organizar informações referentes às recomendações internacionais de direitos humanos sugeridas aos Estados, buscamos responder algumas perguntas iniciais:

- Qual **sistema de indexação** e **filtros de busca** devemos utilizar? (categorias temáticas, grupos afetados, ODS)
- Quais **informações/metadados** são importantes nas recomendações sugeridas por cada um dos três mecanismos de direitos humanos? (Órgãos de Tratados, Procedimentos Especiais e RPU)
- Quais **funcionalidades ou ferramentas** podem gerar uma boa experiência de navegação no website?

Ao total, nossa equipe mapeou **doze ferramentas digitais** que organizam documentos e recomendações internacionais de direitos humanos, sendo que algumas delas também oferecem avaliações sobre o cumprimento das recomendações. De acordo com suas funções, dividimos a plataforma em um **repositório** de documentos ou recomendações internacionais, e ferramentas de **monitoramento**.

O levantamento considerou ferramentas que já eram de conhecimento da equipe do IDDH por suas atividades de incidência internacional ou que foram divulgadas em eventos promovidos pela [UPR-Info](#) nos anos da pesquisa. Em parceria com a Levante Lab nossa equipe mapeou as demais ferramentas por meio de buscas utilizando palavras-chave ou frases em português e inglês, como “recomendações de direitos humanos”, “base de dados” e “lançamento de base de dados que reúne recomendações de direitos”².

² Em inglês, “*human rights recommendations*”, “*database*” e “*launching of a database that gathers human rights recommendations*”.



O Anexo 1 (**Anexo 1 - Ferramentas digitais de direitos humanos**) contém uma tabela resumo sobre as ferramentas mapeadas pela pesquisa. Dentre elas, destacamos como principais referências para a IndexDH as seguintes:

- **Universal Human Rights Index (UHRI)**, por ser a **ferramenta oficial do ACNUDH** para organização das recomendações dos três mecanismos internacionais cobertos pela IndexDH;
- **Plataforma RPU Brasil**, por conter categorias temáticas criadas em consulta com a **sociedade civil brasileira** e oferecer avaliações de cumprimento de recomendações;
- **SIMORE Plus**, por ser uma iniciativa pioneira de um **país sul americano** para o monitoramento das obrigações internacionais de direitos humanos do Estado;
- **UPR-Info database**, por sua reconhecida eficiência na organização de dados das recomendações da RPU para todos os 193 Estados revisados;
- **SDG Explorer**, pelo esforço do Danish Institute of Human Rights, **Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH)** da Dinamarca, em relacionar recomendações internacionais com metas e objetivos da Agenda 2030.

Acerca das **ferramentas ou recursos de programação (backend)** que trazem às bases de dados analisadas funcionalidades importantes ou que facilitam a **visualização dos dados (frontend)**, buscamos incorporar à Plataforma IndexDH Brasil os principais recursos que avaliamos mais eficazes para a navegação por qualquer pessoa:

- disponibilização de uma página de contato para feedbacks ou envio de dúvidas;
- disponibilização do link para acesso ao documento fonte das recomendações;
- exibição dos resultados de busca em formato de cards, não em lista;
- opção de download dos resultados de busca em formato de planilha editável;
- relação das recomendações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- uso de tooltips explicativas sobre os filtros de busca; e
- uso de categorias temáticas e grupos afetados para possibilitar buscas mais específicas entre as recomendações.

Os resultados desta etapa da pesquisa foram apresentados para um **grupo focal de especialistas** em mecanismos internacionais de direitos humanos durante uma Oficina em julho de 2021. Após validadas as boas práticas mapeadas pela equipe do IDDH, trabalhamos em parceria com a Levante Lab para orientar a criação do sistema de indexação (e filtros de busca) utilizados na Plataforma IndexDH Brasil e, pensando em nosso público-alvo, garantir que o sistema fosse facilmente navegável.



Desafios no mapeamento de boas práticas em ferramentas digitais de direitos humanos (Etapa 1)

- conhecer e navegar em **ferramentas tão diversas** em sua abrangência de mecanismos de direitos humanos, disposição de dados e fluxos de navegação, e idiomas disponíveis para a usuária;
- falta de **transparência nas ferramentas mapeadas sobre a metodologia de criação das categorias temáticas e grupos afetados** utilizados para indexação de recomendações ou documentos, e **frequência de atualização de dados**;
- **comunicação entre especialistas em direitos humanos e programadoras/es e designers** envolvidos na criação do website (comunicar aspectos técnicos em uma linguagem de computação distante para a equipe de pesquisa).

Etapa 2: Coleta e Categorização de dados sobre as recomendações de direitos humanos da ONU ao Brasil

A segunda etapa da pesquisa teve como objetivo **coletar e organizar os dados referentes às recomendações do Brasil nos Órgãos de Tratados, Procedimentos Especiais e Revisão Periódica Universal**. Após identificados os documentos fontes e as recomendações de cada mecanismo, desenvolvemos as categorias temáticas e grupos afetados que facilitaríamos a busca entre as recomendações. Trabalhamos juntamente com a equipe da Levante Lab para criar os campos referentes às recomendações de cada mecanismo para cadastro no website (*backend*).

Inicialmente, nossa equipe planejava importar as recomendações da RPU da Plataforma RPU Brasil, e dos Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais da Universal Human Rights Index (UHRI)³. Porém, após um olhar mais cuidadoso às recomendações que constavam na UHRI, nossa equipe identificou que não havia um padrão uniforme para seleção e indexação dos trechos das recomendações nos documentos oficiais e que algumas revisões não estavam incluídas no website.

Na época em que a pesquisa foi realizada, não constavam na UHRI oito documentos referentes às revisões dos Órgãos de Tratados e treze das Relatorias Especiais. Isso impactava diretamente o número total de recomendações indexadas na Plataforma IndexDH, bem como o recorte temporal que era coberto na pesquisa,

³ A **Plataforma RPU Brasil**, administrada pelo IDDH, já possuía um repositório de recomendações da RPU ao Brasil. A **UHRI**, por outro lado, além das recomendações da RPU, reúne também as recomendações dos Órgãos de Tratados e dos Procedimentos Especiais.



desde a primeira visita da Relatoria Especial sobre Racismo ao Brasil até o ano em que a pesquisa foi realizada (1996-2022).

Por isso, decidimos realizar o mapeamento dos documentos das revisões do Brasil nos Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais a fim de identificar aqueles em que constavam e selecionar manualmente o trecho das recomendações. Buscamos, nos websites oficiais de cada mecanismo ([RPU](#), [Órgãos de Tratados](#) e [Procedimentos Especiais](#)), compreender seu funcionamento e identificar na documentação gerada quais os documentos oficiais em que constavam as recomendações.

Nos **Órgãos de Tratados** as recomendações constam nas **Observações Conclusivas** (“Concluding Observations”) dos Comitês, elaboradas após consideração dos Relatórios Periódicos dos Estados. Já nos **Procedimentos Especiais**, os documentos que contém recomendações aos Estados são os **Relatórios de Visitas**, elaborados sem periodicidade definida e condicional à visita das Relatorias Temáticas aos Estados. Na **RPU**, o documento que contém as recomendações aos Estados é o **Relatório da Sessão do Grupo de Trabalho** (ou Diálogo Interativo), sendo que as respostas do Estado sob Revisão acerca das recomendações recebidas constam no **Relatório da Sessão do Conselho de Direitos Humanos** que se segue à sessão do Grupo de Trabalho.

Para averiguar se os documentos referidos acima atendiam às demandas de trabalho de defensoras/es de direitos humanos e especialistas com experiência de atuação internacional ou não, consultamos novamente o grupo focal utilizando um questionário online. Através das respostas desse questionário pudemos confirmar a seleção das fontes selecionadas, pois identificamos que as/os participantes, quando buscavam informações sobre os mecanismos, também utilizavam os mesmos documentos selecionados pela equipe do IDDH ou ferramentas digitais (Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais: UHRI e Biblioteca Digital da ONU; RPU: Plataforma RPU Brasil e UPR-Info Database).

Para o desenvolvimento do website, identificamos na documentação de cada mecanismo, bem como nas ferramentas mapeadas na etapa 1, os metadados necessários para indexar as recomendações de três mecanismos distintos da ONU (como data de emissão da recomendação, documento fonte, resposta do Estado, conforme **lista abaixo**). Ou seja, quais informações são importantes nas recomendações de cada mecanismo. Estas informações formam o espaço de cadastro



de recomendações no website (backend), e são acessíveis apenas à equipe do IDDH responsável pela Plataforma.

Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais

Recomendado por (Comitê ou Relatoria)
Data da de publicação do documento fonte
Nº da Recomendação (conforme documento fonte)
Texto da Recomendação
Temas
Grupos Afetados
Meta do ODS
Documento fonte + link para download

RPU

Recomendado por (Estado)
Data de publicação do documento fonte
Nº da Recomendação (conforme documento fonte)
Texto da Recomendação
Temas
Grupos Afetados
Resposta do Estado
Meta do ODS
Documento fonte + link para download

Em agosto de 2021, reunimos novamente o **grupo focal** para apresentar e validar uma proposta de fluxo de navegação no website, bem como as fontes das recomendações de cada mecanismo. A partir de então, nossa equipe realizou o **levantamento dos documentos** referentes às revisões do Brasil nos Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais utilizando os repositórios oficiais de documentos de cada mecanismo.

Os **documentos** da **RPU** estão disponíveis no website do [ACNUDH](#). O site contém uma seção de documentação por países (*Documentation by country*) onde podem ser encontrados os Relatórios das Sessões dos Grupos de Trabalho e da Sessão do Conselho de Direitos Humanos.



UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL

HOME ABOUT HRC HRC SESSIONS MEMBERSHIP & PRESIDENCY HRC BODIES HRC MANDATED INVESTIGATIONS COMPLAINT PROCEDURE MEDIA

Universal Periodic Review

- About the UPR
- UPR Extranet
- UPR cycles
- Sessions
- Accreditation
- Documentation by country**
- UPR Mid-term information
- UPR Voluntary Funds
- Civil Society Engagement
- Parliaments
- Meetings and events
- Guidance and resources
- Good practices
- Media Outreach
- Advisory Committee
- Special Procedures (Human Rights Experts)

Documentation by country

In accordance with the Human Rights Council's "institution-building package", the documents on which the reviews are based are:

- Information prepared by the State concerned, which can take the form of a national report, and any other information considered relevant by the State concerned, which could be presented either orally or in writing.
- Information contained in the reports of treaty bodies, special procedures, including observations and comments by the State concerned, and other relevant official United Nations documents, compiled in a report prepared by the OHCHR.
- Information provided by "other relevant stakeholders" to the universal periodic review, which will be summarized by the OHCHR in a document. Stakeholders include, inter alia, NGOs, NHRIs, human rights defenders, academic institutions and research institutes, regional organizations, as well as civil society representatives.

The national report shall be prepared on the basis of general guidelines adopted by the Council at its sixth session on 27 September 2007. The documents prepared by the OHCHR should be elaborated following the structure of these general guidelines.

Each of these reports in official languages (upon availability) can be found below.

Afghanistan	Djibouti	Liberia	Saint Lucia
Albania	Dominica	Libya	Saint Vincent and the Grenadines
Algeria	Dominican Republic	Liechtenstein	Samoa
Andorra	Ecuador	Lithuania	San Marino
Angola	Egypt	Luxembourg	São Tomé and Príncipe
Antigua and Barbuda	El Salvador	Madagascar	Saudi Arabia
Argentina	Equatorial Guinea	Malawi	Senegal
Armenia	Eritrea	Malaysia	

Quanto aos documentos fonte de recomendações dos **Procedimentos Especiais**, nas páginas de cada mandato temático do site do ACNUDH é possível acessar uma lista com os Relatórios de visitas já realizados por cada Relatoria. Para encontrar os referentes ao Brasil, basta utilizar os atalhos de busca no website (Ctrl + F, ou Ctrl + L, à depender do navegador utilizado) e buscar por "Brazil".



SPECIAL PROCEDURES

Overview

- Introduction to Special Procedures
- Thematic mandates (database)**

About special procedures

The special procedures of the Human Rights Council are **independent human rights experts** with mandates to report and advise on human rights from a thematic or country-specific perspective. They are non-paid and elected for 3-year mandates that can be reconducted for another three years. As of November 2023, there are 46 **thematic** and 14 **country** mandates.



No caso dos **Órgãos de Tratados**, os documentos encontram-se disponíveis na [UN Treaty Bodies Database](#), base de dados das Nações Unidas que reúne toda a documentação circulada nos Órgãos de Tratados. Para encontrar as Observações Conclusivas dos Comitês, é necessário selecionar “Brazil” no filtro “Filter by State/Entity or Geographic Region”; o Comitê que deseja acessar no filtro “Filter by Committee”; e “Concluding Observations” no filtro “Filter by Document Type”.

English > Human Rights Bodies

Treaty bodies Search

Filter by State/Entity or Geographic Region

- Africa
- Americas
- Asia Pacific
- Europe and Central Asia
- Middle East and North Africa

- Afghanistan
- Albania
- Algeria
- Andorra
- Angola
- Antigua and Barbuda
- Argentina

Filter by Committee

- CAT
- CAT-OP
- CCPR
- CED
- CEDAW
- CERD
- CESCR

Neste momento da pesquisa, uma das propostas que a equipe do IDDH tinha para a Plataforma IndexDH Brasil era criar no website um espaço para adicionar os **Relatórios do Brasil** enviados à RPU, aos Procedimentos Especiais e aos Órgãos de Tratados.

Além da busca nos websites oficiais de cada mecanismo, estendemos a pesquisa ao sistema integrado de [websites dos Ministérios do governo Brasil](#), que inclui o da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e o das Relações Exteriores (MRE), responsáveis pela elaboração de relatórios no país. Buscamos, com isso, acessar os relatórios em suas versões em português, quando existentes, para facilitar a compreensão pelo público-alvo da plataforma (defensoras/es de direitos humanos, em especial, brasileiras/os/es).

Até o momento da elaboração deste relatório, não obtivemos retorno do governo brasileiro e respectivas/os/es funcionárias/os/es dos Ministérios que poderiam



ter acesso aos documentos solicitados. Ainda assim, seguiremos este esforço de levantamento dos relatórios do estado brasileiro para que, no futuro, seja possível organizá-los na IndexDH Brasil, a fim de facilitar o acesso às informações oficiais fornecidas pelo estado brasileiro aos mecanismos internacionais de direitos humanos cobertos pela ferramenta.

Relação de Documentos/Revisões e Recomendações por Mecanismo (1996-2021)

Mecanismo	Documentos/Revisões	Recomendações
Órgãos de Tratados	15	460
Procedimentos Especiais	27	495
RPU	3	432

Em seguida, passamos a desenvolver as categorias temáticas e grupos afetados que serviriam como sistema de indexação das **1387 recomendações** inicialmente adicionadas na IndexDH.

Preocupações durante a criação do sistema de indexação (Etapa 2)

- utilizar **categorias** capazes de gerar **conexões temáticas entre os diferentes mecanismos**;
- criar categorias temáticas e grupos afetados usando **linguagem acessível e compatível com o público-alvo** (diferente das categorias da UHRI, que usam linguagem mais institucional da ONU)
- inclusão de **problemas e questões específicos do país ou região**, ao mesmo tempo considerando os temas das relatorias dos Procedimentos Especiais e bases de dados de recomendações da RPU
- utilizar **categorias mais amplas ou mais específicas** para dar visibilidade a algumas questões de direitos humanos (violência>violência doméstica/de gênero;/ direitos sexuais e reprodutivos>aborto)

Para orientar nosso trabalho neste momento, as principais referências para criar o sistema de indexação no website foram:

- **UHRI** e **SDG Explorer** por incluírem os mesmos mecanismos que a IndexDH se propôs;
- **UPR-Info Database** pela organização dos dados da RPU;
- **SIMORE Plus** por compartilhar o mesmo contexto regional;



- **Plataforma RPU Brasil**, que possui categorias desenvolvidas pelo IDDH em consulta com as organizações parte do Coletivo RPU Brasil;
- os temas dos tratados monitorados pelos **Órgãos de Tratados**⁴; e
- os temas dos mandatos dos **Procedimentos Especiais**⁵.

O processo de criação das categorias temáticas e grupos afetados foi organizado em uma planilha online e posteriormente transformado em uma lista em formato docx. (documento word online). Ao total, elaboramos **67 categorias temáticas** e **24 grupos afetados**.

A lista foi alterada posteriormente após iniciado o processo de categorização das recomendações para ajustar-se às novas demandas identificadas, como recomendações com temas mais amplos e grupos afetados mais específicos que ainda não estavam incluídos. Após essa revisão e recebimento de novas recomendações entre dezembro de 2022 e 2023, obtivemos o número final de **90 temas e 30 grupos afetados**. Combinadas com os **17 ODS**, **essas categorias formam o sistema de indexação na IndexDH**.

Grupos Afetados

1. Afrodescendentes
2. Agentes da Segurança
3. Apátridas
4. Cientistas e Pesquisadoras(es) (2023)
5. Crianças e Adolescentes
6. Defensoras/es de Direitos Humanos
7. LGBTQIA+
8. Mulheres e Meninas
9. Operadoras/es da Justiça
10. Parlamentares (2023)
11. Pessoas atingidas pela Hanseníase

⁴ A ONU possui atualmente **dez Comitês e um subcomitê** criados para o monitoramento dos dez principais Tratados e Convenções temáticas da organização. São eles: Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR), Comitê dos Direitos Humanos (CCPR), Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), Comitê contra a Tortura (CAT), Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC), Comitê sobre Trabalhadores Migrantes (CMW), Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT), Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CRPD), e Comitê sobre Desaparecimentos Forçados (CED).

⁵ Atualmente existem **46 relatórios temáticas e 14 voltadas para países específicos**, não estando o Brasil entre elas. Acesse a lista completa dos mandatos temáticos e de países cobertos pelos Procedimentos Especiais clicando [aqui](#).



12. Pessoas com Deficiências
13. Pessoas Desaparecidas
14. Pessoas em Situação de Pobreza/Extrema Pobreza
15. Pessoas Idosas
16. Pessoas Migrantes e Refugiadas
17. Pessoas Privadas de Liberdade
18. Pessoas Vivendo com Albinismo
19. Pessoas Vivendo com HIV-Aids
20. Pessoas Vivendo em Áreas Rurais
21. Povo Romani/Cigano
22. Povos Indígenas
23. Profissionais da Educação e Estudantes
24. Profissionais da Mídia e Jornalistas
25. Profissionais da Saúde
26. Público Geral
27. Quilombolas
28. Servidoras/es Públicas/os
29. Sociedade Civil Organizada
30. Trabalhadoras/es

Temas

1. Accountability
2. Acesso à Informação
3. Acesso à Justiça
4. Água e Saneamento
5. Albinismo
6. Apoio a Vítimas e Testemunhas
7. Ciência e Tecnologia (2023)
8. Combate à Corrupção
9. Combate à Desinformação e Fake News (2023)
10. Combate à Pobreza
11. Combate à Violência
12. Combate à Violência Sexual
13. Combate ao Racismo
14. Combate ao Terrorismo
15. COVID-19 (2023)
16. Crises Econômicas ou Políticas, Desastres Naturais ou Outras
17. Emergências
18. Democracia
19. Desaparecimentos Forçados
20. Desemprego
21. Desigualdade Social
22. Desigualdade Social – Zona Rural
23. Direito à Alimentação
24. Direito à Autodeterminação
25. Direito à Educação
26. Direito à Moradia
27. Direito à Privacidade
28. Direito à Saúde
29. Direito à Terra
30. Direito à Vida
31. Direito ao Desenvolvimento
32. Direito de Consulta e de Participação
33. Direitos Cívicos e Políticos
34. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
35. Direitos Relacionados ao Casamento e à Família
36. Direitos Relacionados ao Nome, Identidade e Nacionalidade
37. Direitos Sexuais e Reprodutivos
38. Educação em Direitos Humanos
39. Empresas e Direitos Humanos
40. Execuções Extrajudiciais e Detenções Arbitrárias
41. Exploração



42. Financiamento e apoio institucional (2023)
43. Gênero
44. Hanseníase
45. HIV/Aids
46. Igualdade
47. Impostos e Tributação (2023)
48. Independência de Juízas/es e Advogadas/os
49. Independência e Inclusão (em especial, pessoas com deficiências)
50. Instituição Nacional de Direitos Humanos
51. Instituições Democráticas
52. Justiça Criminal
53. Justiça de Transição
54. Justiça Juvenil
55. Legislação
56. Liberdade
57. Liberdade de Assembleia Pacífica, Associação e Direito de Protesto
58. Liberdade de Crença/Culto
59. Liberdade de Imprensa
60. Liberdade de Opinião e Expressão
61. Mecanismos de Direitos Humanos
62. Meio Ambiente
63. Migrações e Refúgio
64. Milícias
65. Mobilidade e Acessibilidade (em especial, pessoas com deficiências)
66. Mortalidade Materno-Infantil
67. Não-discriminação
68. ODS
69. Participação na Vida Política e Pública
70. Participação Social
71. Patrimônio Cultural
72. Pena de Morte
73. Polícia Militar
74. Política de Drogas (2023)
75. Programa Nacional de Direitos Humanos e Outros Planos de Implementação
76. Reforma Agrária
77. Segurança Pública
78. Seguridade Social (2023)
79. Sistema Judicial
80. Sistema Prisional
81. Substâncias e Resíduos Tóxicos
82. Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
83. Trabalho
84. Trabalho Escravo, Forçado, Infantil
85. Tráfico de Pessoas
86. Tratados Internacionais
87. Treinamento em Direitos Humanos
88. Tribunal Penal Internacional
89. Violência Política (2023)
90. Xenofobia

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1. Erradicação da Pobreza
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável.
3. Saúde e Bem-estar.
4. Educação de Qualidade.
5. Igualdade de Gênero.
6. Água Potável e Saneamento.
7. Energia Limpa e Acessível.
8. Trabalho Decente e Crescimento. Econômico
9. Inovação infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis



- | | |
|---|--|
| 12. Consumo e produção responsáveis | 15. Vida terrestre |
| 13. Ação contra a mudança global do clima | 16. Paz, justiça e instituições eficazes |
| 14. Vida na água | 17. Parcerias e meios de implementação |

Em seguida, organizamos outra planilha online com as 1.387 recomendações a fim de extrair os **metadados para cadastro** na plataforma e categorizá-las conforme os temas e grupos desenvolvidos para a IndexDH. No caso dos Procedimentos Especiais e dos Órgãos de Tratados, a seleção das recomendações se deu em três etapas. A primeira consistiu na identificação dos documentos fonte. A segunda compreendeu a seleção das recomendações em cada documento identificado. E a terceira, na elaboração da planilha contendo os dados de cada recomendação, os quais são necessários para a indexação no website da Plataforma IndexDH Brasil (listados acima). Após traduzidas as recomendações, realizamos ainda uma conferência do vocabulário e linguagem utilizada na tradução.

Enquanto as recomendações eram traduzidas⁶, realizamos a categorização de acordo com os temas e grupos afetados desenvolvidos ao longo da pesquisa, e as relacionamos com as 17 Metas dos ODS utilizando uma planilha online. Esse procedimento foi feito manualmente após a leitura dos textos de cada recomendação em inglês.

Considerando-se que os Procedimentos Especiais e os Órgãos de Tratados são organizados por temáticas de direitos humanos, buscamos padronizar certas categorias temáticas e grupos afetados na categorização das primeiras recomendações indexadas na plataforma. Identificamos também os ODS que eram recorrentes em cada mecanismo. Ao final, elaboramos uma tabela contendo as correlações entre mecanismos, temas, grupos afetados e ODS.

Órgãos de Tratados			
Comitê	Temas	Grupos	ODS
CAT - Tortura	Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes		16
CCPR - Cívico e Político	Direitos Cívicos e		

⁶ A tradução foi realizada por Punchard Traduções e Assessoria Ltda.



	Políticos		
CED - Desaparecimentos Forçados	Desaparecimentos forçados Apoio a vítimas e testemunhas	Pessoas desaparecidas	
CEDAW - Mulheres	Gênero	Mulheres e meninas	5
CERD - Discriminação Racial	Combate ao racismo	Afrodescendentes	10
CESCR - Econômicos, Sociais e Culturais	Direitos Econômicos Sociais e Culturais		
CRC - Crianças		Crianças e Adolescentes	
CRC-OP-AC - Crianças, Conflitos Armados	Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes	Crianças e Adolescentes	
CRPD - Pessoas com Deficiências	Mobilidade e Acessibilidade Independência e Inclusão	Pessoas com deficiências	3

Procedimentos Especiais			
Relatoria	Temas	Grupos	ODS
IE - Albinismo	Albinismo Independência e inclusão Mobilidade e acessibilidade Não-discriminação	Pessoas vivendo com albinismo	3
GT - Corporações Transnacionais	Empresas e DH		8 9 12 13
GT - Detenção Arbitrária	Execuções extrajudiciais e detenção arbitrária	Pessoas privadas de liberdade	16



GT - Pessoas Afrodescendentes	Combate ao racismo Não-discriminação Igualdade	Afrodescendentes	10
RE Água e Saneamento	Água e saneamento		6
RE Alimentação	Direito à alimentação		2
RE Defensoras/es de DH		Defensoras/es de DH	16
RE Direitos Culturais	Direitos econômicos, sociais e culturais		
RE Escravidão	Trabalho Escravo, Forçado ou Infantil	Trabalhadoras/es	8
RE Execuções Sumárias	Execuções extrajudiciais e detenção arbitrária Direito à vida	Agentes da segurança	16
RE Hanseníase	Hanseníase Não-discriminação Independência e inclusão Mobilidade e acessibilidade Participação na vida pública e política		3
RE Independência de Juízas/es	Independência de juízas/es e advogadas/os	Operadoras/es da justiça	16
RE Povos Indígenas		Povos Indígenas	10
RE Racismo	Combate ao racismo Não-discriminação	Afrodescendentes	10
RE Resíduos Tóxicos	Substâncias e resíduos tóxicos		12
RE Tortura	Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes		3 16
RE Venda de Crianças	Exploração Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou	Crianças e Adolescentes	3



	Degradantes		
RE Violência contra a mulher	Combate à violência Gênero	Mulheres e meninas	16 10 5

Este processo de organização dos dados, bem como a pesquisa documental, trouxe alguns **desafios** particulares desta etapa da pesquisa.

Desafios na coleta e organização de dados (Etapa 2)

- **conhecer o funcionamento e documentação dos Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais**, já que a equipe do IDDH estava mais habituada com os métodos de trabalho da RPU e planejada utilizar dados já mineirados sobre as recomendações dos demais mecanismos;
- **extensa pesquisa documental⁷ e seleção manual dos trechos das recomendações** em documentos de dois mecanismos internacionais de direitos humanos com métodos de trabalho distintos;
- criar **categorias temáticas e grupos afetados** sensíveis ao contexto local e que contemplem toda a extensão agenda de direitos humanos cobertos pelos mecanismos cobertos pela IndexDH;
- **tradução das recomendações** demandou tempo, por isso a categorização das recomendações foi feita com os trechos dos documentos em inglês para melhor aproveitamento do tempo disponível para a pesquisa.

Etapa 3: Indexação na plataforma e Atualização dos dados

Após reunirmos todos os dados a serem cadastrados na IndexDH, nossa equipe passou à etapa três da criação da plataforma, cujos **objetivos** eram indexar as recomendações no website, testando fluxo de cadastro e navegação, e planejar a atualização dos dados das próximas revisões do Brasil nos mecanismos.

Em julho de 2022, realizamos um treinamento online com a equipe do IDDH e nos dividimos entre três pessoas para que cada uma indexasse as recomendações de

⁷ Pelo recorte temporal da pesquisa (1996-2022), alguns documentos da década de 1990 e início dos anos 2000 eram datilografados e no processo de digitalização, não permitiam a seleção dos trechos das recomendações no documento. Isso exigiu que a nossa equipe digitasse algumas recomendações desse período quando se deparava com documentos bloqueados que não permitiam seleção dos trechos, eram como imagens.



um mecanismo na Plataforma. Durante o treinamento, fornecemos instruções em um tutorial de vídeo e documento de passo a passo para o cadastro.

Nossa equipe registrou neste período algumas eventuais dificuldades no cadastro e funções que ainda não estavam funcionando plenamente no protótipo do website, que foram enviadas periodicamente para a LevanteLab solicitando os devidos ajustes na Plataforma.

Como estratégia para atualizar os dados das recomendações ao Brasil, nossa equipe elaborou um calendário tentativo das próximas revisões do país nos mecanismos mapeados. Um desafio particular neste momento foi identificar os prazos estimados para emissão das recomendações e acompanhamento do calendário efetivo das revisões no Brasil.

No período de novembro de 2022 até outubro de 2023, o Brasil passou por seis revisões nos mecanismos cobertos pela IndexDH, gerando **687 novas recomendações**:

Revisões do Brasil nos mecanismos de direitos humanos da ONU em 2023

Mecanismo	Data do Documento Fonte	Documento Fonte	Nº de Recomendações
CERD	19/12/2022	CERD/C/BRA/CO/18-20	82
RPU	06/04/2023	A/HRC/DEC/52/111	306
CAT	12/06/2023	CAT/C/BRA/CO/2	83
CCPR	06/09/2023	CCPR/C/BRA/CO/3	78
CESCR	15/10/2023	E/C.12/BRA/CO/3	113
RE Associação e Assembleia	23/10/2023	A/HRC/53/38/Add.1	25

Durante a indexação destas recomendações, nossa equipe identificou a necessidade de ajustar as categorias temáticas e grupos afetados para contemplar temas que receberam pouca atenção nas revisões anteriores ou adquiriram maior relevância no contexto dos direitos humanos nacionalmente. Foram criadas **oito categorias temáticas** (Ciência e Tecnologia; Combate à Desinformação e Fake News; COVID-19; Impostos e Tributação; Financiamento e apoio institucional; Política de Drogas; Seguridade Social; Violência Política) e **dois grupos afetados** (Cientistas e Pesquisadoras(es); Parlamentares).



Assim como feito em 2023, a atualização dos dados na Plataforma IndexDH será feita periodicamente pela equipe do IDDH, sempre com o esforço de indexar as recomendações na Plataforma pouco tempo após sua publicação.

Desafios na atualização de dados e alimentação da plataforma (Etapa 3)

- acompanhar o **calendário de revisões** do Brasil nos mecanismos com periodicidade menos previsíveis (Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais);
- manter **registro documental** das etapas de coleta e organização dos dados;
- recolher **feedbacks de usuários** sobre funcionamento e utilização da IndexDH;
- monitorar possibilidades de **melhorias na Plataforma** atual e registrar ajustes necessários na programação ou design do website.
- **categorização manual das recomendações e rotatividade da equipe** (tempo para se apropriar das categorias; não é trabalho cotidiano, então quando vamos categorizar precisamos lembrar de todas as categorias, métodos de trabalho);

Palavras finais

A Plataforma IndexDH Brasil foi idealizada como parte de um amplo projeto do IDDH de contribuir para o acompanhamento e monitoramento das obrigações internacionais de direitos humanos no Brasil. Para concretizá-la, iniciamos com uma pesquisa de boas práticas e coletamos dados referentes a todas as revisões do Brasil nos principais mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas: os Órgãos de Tratados, os Procedimentos Especiais e a Revisão Periódica Universal (RPU).

Entre 2021 e 2023, a equipe do IDDH trabalhou junto da LevanteLab, buscando incorporar à Plataforma IndexDH Brasil as boas práticas mapeadas e criar, para além de um sistema de indexação de recomendações, uma ferramenta que pudesse também incluir o cumprimento dos compromissos do Brasil na ONU. Apesar de nossos esforços, encontramos alguns desafios ao longo da execução do projeto. Algumas ferramentas ainda não foram implementadas no website, mas certamente fazem parte dos planos futuros para a IndexDH Brasil. Acreditamos que alguns **recursos** ainda possam ser implementados em uma futura atualização da Plataforma para melhorar ainda mais sua capacidade de promover acesso à informação para um público abrangente e diverso. São eles:



- **Seção de repositório de documentos relevantes**, levantados durante a pesquisa, como relatórios do Brasil e da sociedade civil aos mecanismos;
- **Seção de estatística** sobre as recomendações indexadas, com resumo de dados importantes, como número de documentos contidos no website, recomendações vinculadas aos ODS, entre outros;
- **Vídeo tutorial** de navegação na plataforma, que dialogue com o público-alvo e facilite também o acesso ao conhecimento sobre o funcionamento dos mecanismos internacionais cobertos pelo site;
- **Acessibilidade dos dados**, como recursos de leitura de trechos selecionados para pessoas com deficiência visual.

Um desafio final na atual etapa de trabalho com a IndexDH consiste em pensar como expandir o sistema de indexação para possibilitar o **monitoramento das recomendações**. Durante a pesquisa, consideramos indexar na plataforma, junto ao texto de cada recomendação, documentos que informem sobre o grau de **cumprimento de recomendações**. Consideramos, inicialmente, relatórios da sociedade civil submetidos aos mecanismos, relatórios de meio período e documentos oficiais do estado brasileiro sobre a implementação das recomendações.

*Por fim, nosso desejo é que estas informações sobre o cumprimento sejam apuradas com a realidade dos direitos humanos nos territórios brasileiros e atualizadas de forma periódica conforme o calendário de revisão do Brasil nos mecanismos internacionais. Seguimos estudando formas de viabilizar este tipo de avaliação holística dos direitos humanos utilizando as recomendações internacionais como norte, buscando compreender melhor como **sistemas nacionais de acompanhamento e monitoramento de recomendações** de outros Estados relacionam (ou não) diferentes mecanismos internacionais de direitos humanos (RPU, OT, PE e ODS), e, principalmente, garantem a participação da sociedade civil em seus processos de avaliação de cumprimento.*



Anexo 1 - Ferramentas digitais de direitos humanos

1. Ferramentas de Indexação (Repositórios de documentos e recomendações)

Descrição		Abrangência (Mecanismos/Sistemas de DH)	Sistema de Indexação	Boas Práticas
Nome + Link	Communication Search	Procedimentos Especiais	-Relatórios Especiais (Temáticas e de Países Específicos)	<ul style="list-style-type: none"> -Busca aberta -Editar seleção de filtros de busca -Limpar seleção de filtros (reiniciar busca) -Download de dados
Administradores/Desenvolvedores	ACNUDH			
Tipo de Repositório	Documentos			
Público-Alvo	Estados membros e staff da ONU			
Tom de voz	Formal			
Nome + Link	International Human Rights and Canada Database	Normas internacionais de direitos humanos dos sistemas ONU e Interamericano (declarações, convenções, resoluções)	<ul style="list-style-type: none"> -Instrumentos vinculantes -Instrumentos não vinculantes -Documentos de monitoramento internacional 	<ul style="list-style-type: none"> -Recursos Adicionais da Página: Glossário sobre termos relevantes e Informações básicas sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos -Busca aberta -Página de Feedback e Guia para Usuárias
Administradores/Desenvolvedores	Human Rights Internet (HRI) e Human Rights Research and Education Centre (HRREC) da University of Ottawa			
Tipo de Repositório	Documentos			
Público-Alvo	Juristas, funcionárias estatais,			



	pesquisadoras, acadêmicas, professoras, defensoras, representantes da comunidade e qualquer pessoa interessada			
Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	SDG Explorer	Órgãos de Tratados Procedimentos Especiais RPU	Objetivos e metas dos ODS Grupos afetados	<ul style="list-style-type: none"> -Possibilita buscas abertas (por palavras chave da escolha da usuária) -Exposição dos dados das recomendações, com imagens referentes às metas e objetivos dos ODS -Download de Dados -Disponível nos seis idiomas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo) Transparência metodológica
Administradores/Desenvolvedores	Danish Institute of Human Rights (INDH da Dinamarca) em parceria com o ACNUDH			
Tipo de Repositório	Recomendações			
Público-Alvo	Formuladoras/es de políticas, defensoras/es de DH, UN country teams, e outros atores interessados			
Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	SISUR (Sistema de Información sobre Institucionalidad en Derechos Humanos del MERCOSUR)	Registros sobre instituições, mecanismos de articulação e políticas públicas dedicados à promoção e proteção dos direitos humanos nos países parte do Mercosul e associados	Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Boa prática de visualização dos resultados de busca -Uso de tooltips explicativas -Transparência sobre metodologia - Disponibiliza formulário online para envio de informações sobre as normativas, políticas públicas e instituições nos países do Mercosul
Administradores/Desenvolvedores	Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos (IPPDH)			
Tipo de Repositório	Documentos			
Público-Alvo	Público Geral			



Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	UN Advocacy Tool	Resoluções da ONU e orientações de especialistas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos	Tipos de documentos (agreed language; expert bodies; additional resources)	<ul style="list-style-type: none"> -Busca aberta -Recursos Adicionais da Página: Glossário sobre termos relevantes
Administradores/Desenvolvedores	International Planned Parenthood Federation Western Hemisphere Region e Sexual Rights Initiative (SRI)			
Tipo de Repositório	Documentos			
Público-Alvo	Pessoas ligadas à pesquisa, advocacy e formulação de políticas			
Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	Universal Human Rights Index (UHRI)	Órgãos de Tratados Procedimentos Especiais RPU	<ul style="list-style-type: none"> Grupos afetados Temas de Direitos Humanos Objetivos e metas dos ODS 	<ul style="list-style-type: none"> -Possibilita buscas abertas (por palavras chave da escolha da usuária) -Opção de resetar busca (útil quando temos muitas opções de filtro de busca) -Disponível nos seis idiomas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo) -Opção de download dos dados -Página de estatísticas
Administradores/Desenvolvedores	ACNUDH			
Tipo de Repositório	Recomendações			
Público-Alvo	NMIRFs, human rights focal point in ministries, NHRIs, civil society, academics, UN and other IO's staff, human rights and sustainable development professionals, citizens, private sector, etc			
Tom de voz	Informativo			



Nome + Link	UPR-Info Database	RPU	Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Limpar seleção de filtros (reiniciar busca) -Opção de download dos dados -Página de estatísticas -Disponibiliza duas opções de visualização dos resultados de buscas (em formato de lista ou cards) -Tutorial de navegação em vídeo
Administradores/Desenvolvedores	UPR-Info			
Tipo de Repositório	Recomendações			
Público-Alvo	Público Geral			
Tom de voz	Informativo			

2. Ferramentas de Monitoramento (Repositório de Recomendações e Avaliações sobre Cumprimento)

Descrição		Mecanismos de DH	Sistema de Indexação	Boas Práticas
Nome + Link	InDHica	Declarações, convenções, observações, acordos e planos de trabalho estabelecidos universal ou regionalmente através do Mercosul	Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Proposta de utilizar indicadores para monitorar os compromissos internacionais dos Estados (reuniões de órgãos relevantes, espaços de articulação); -Glossário com descrição dos temas de direitos humanos utilizados na indexação;
Administradores/Desenvolvedores	Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos (IPPDH)			
Público-Alvo	Não informado			
Avaliadores de Cumprimento	Não informado			
Tom de voz	Informativo			



Nome + Link	<u>Plataforma RPU Brasil</u>	RPU	Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Sistema de busca aberta (palavras chave) -Utiliza indicadores (sistema semáforo de cores) para avaliar o cumprimento das recomendações -Relaciona recomendações com metas dos ODS -Site possui repositório de relatórios do Coletivo RPU Brasil que contém avaliações do cumprimento de recomendações por ciclos da RPU
Administradores/Desenvolvedores	Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)			
Público-Alvo	Defensoras/es de direitos humanos			
Avaliadores de Cumprimento	Coletivo RPU Brasil			
Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	<u>United Nations Human Rights Recommendations Database</u>	Órgãos de Tratados RPU	Grupos Afetados Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Acessibilidade: recurso de tradução e leitura de trechos de texto selecionados no site e na base de dados; -Indica para cada recomendação qual órgão governamental está ligado à implementação; -Traz ações do governo australiano para a implementação das recomendações.
Administradores/Desenvolvedores	Departamento da Procuradoria-Geral da Austrália			
Público-Alvo	Público Geral			
Avaliadores de Cumprimento	Departamento da Procuradoria-Geral da Austrália?			
Tom de voz	Formal e Informativo			
Nome + Link	<u>Universal Periodic Review Sexual Rights Database</u>	RPU	Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> -Uso de tooltips explicativas; -Glossário com termos chaves da RPU; -Download de dados;
Administrad	Sexual Rights Initiative (SRI)			



ores/Desenvolvedores				-Contato para feedback;
Público-Alvo	Público-geral			
Avaliadores de Cumprimento	Fonte das avaliações (quando fornecidas): relatórios submetidos por Estados e sociedade civil na RPU			
Tom de voz				
Nome + Link	SIMORE Interamericano	Recomendações da CIDH	Grupos Afetados Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Limpar filtros de busca -Avalia cumprimento de acordo com as seguintes categorias: cláusula declarativa; cumprimento parcial; cumprimento parcial substancial; cumprimento pendente; cumprimento total; em monitoramento; descumprimento; -Download de dados
Administradores/Desenvolvedores	Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (cooperação técnica com Paraguai)			
Avaliadores de Cumprimento	CIDH (relatórios de visitas)			
Público-Alvo	Estados, peticionários, órgãos autônomos, organizações da sociedade civil, academia			
Tom de voz	Informativo			
Nome + Link	SIMORE Plus	Órgãos de Tratados Procedimentos Especiais RPU Recomendações	Grupos Afetados Metas dos ODS Temas de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Limpar filtros de busca -Indica para cada recomendação qual órgão governamental está ligado à implementação; -Download de dados; -Tutorial de navegação em vídeo;
Administradores/Desenvolvedores	Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça do Paraguai			



Público-Alvo	Instituições do Estado e sociedade civil	da CIDH		
Avaliadores de Cumprimento	Permite envio de informações pela sociedade civil após cadastro no site			
Tom de voz	Formal e informativo			